

DORA
KRAMER

E-mail: dora.kramer@estadao.com Twitter: @DoraKramer



Impávido colosso

É hoje o dia, embora seja apenas o primeiro de um período de necessária convivência entre os Poderes Executivo e Legislativo que vai além do momento da escolha dos presidentes da Câmara e do Senado. As consequências começam a se apresentar e a exigir administração competente a partir de amanhã. Aí é que serão elas. Independentemente de quais sejam os resultados das eleições para as presidências das duas Casas o PMDB sairá do processo que culminou com as disputas de hoje maior, e o governo menor do que entrou. Poderia ser diferente? Poderia,

se o governo tivesse realmente ficado equidistante ou se tivesse entrado no jogo para conciliar os aliados em nome de seus próprios interesses. Mas, não. Os gênios da lâmpada do Planalto resolveram que, uma vez havendo consenso na sociedade de que o modelo de coalizão fisiológica está esgotado, este seria o pretexto ideal para dar um chega para lá no PMDB. Só que a ideia não era remodelar coisa alguma, mas reduzir a influência do maior parceiro, substituindo-o por outros integrantes da base menos poderosos, mais dóceis e, em decorrência, mais fiéis e menos exigentes. A eficácia do plano, porém, esbar-

rou no primeiro obstáculo. O governo retirou ministérios importantes do PMDB. O partido detectou o movimento. O Planalto entregou pastas de peso a legendas comandadas por políticos que, pela ótica da “nova ordem”, garantiriam a compensação. PMDB sai maior e governo menor do que entrou nas disputas do Congresso Ocorre, porém, que os pemedebistas fizeram o mesmo. Aproximaram-se da oposição e foram em busca das possibilidades de divisões na base

aliadas, que não são poucas e por eles bastante conhecidas. No Senado, por exemplo, uma série de fatores levou a candidatura dissidente de Luiz Henrique a ganhar corpo nos últimos dias ao ponto de ameaçar a reeleição de Renan Calheiros. Nenhum deles relacionados à distribuição de cargos ou liberação de dinheiro de emendas ao Orçamento. Alguns senadores motiva derrotar o candidato preferido do Planalto por simples revanche decorrente de insatisfações acumuladas; a outros, os de oposição, interessa conquistar espaço para atuação; à maior parte deles desconforta a imagem que o senador não mede esforços nem respeita regras quando os interesses dele combinam com as conveniências do governo. No lugar de apresentar uma candidatura só para marcar posição, os oposicionistas foram buscar um nome com tradição no PMDB, ex-presidente do partido, “emedebista” histórico, a fim de disputar para valer. Se perder, terá tido número considerável de votos para reforçar o grupo de pemedebistas até então alijado das decisões do partido. No conjunto a legenda sai mais forte.

Na Câmara, com qualquer resultado a consequência será a mesma. Ali o interesse da oposição e de boa parte da base aliada é derrotar o governo, o PT ou ambos. Ganhando, Eduardo Cunha estará sentado na presidência da Câmara dividindo o poder congressional com outro colega de partido no comando do Senado. Perdendo, terá tido volume expressivo de votos e será líder da maior bancada da Casa. No frigor, o governo acabou alimentando adversários ao tentar desidratar um aliado do qual não vai se livrar tão cedo. No quesito “expertise” política, antiguidade também é posto. Cerimonial. No dia seguinte ao lançamento de sua candidatura à presidência do Senado, Luiz Henrique procurou o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante. O senador foi discretamente ao encontro do ministro para pedir a isenção do governo na disputa e comunicar que, se eleito, não faria oposição permanente ao governo. Mercadante fez que acreditou e prometeu imparcialidade. O senador da mesma forma agradeceu e oficialmente confiou na palavra.

Na véspera, Planalto faz investida por petista

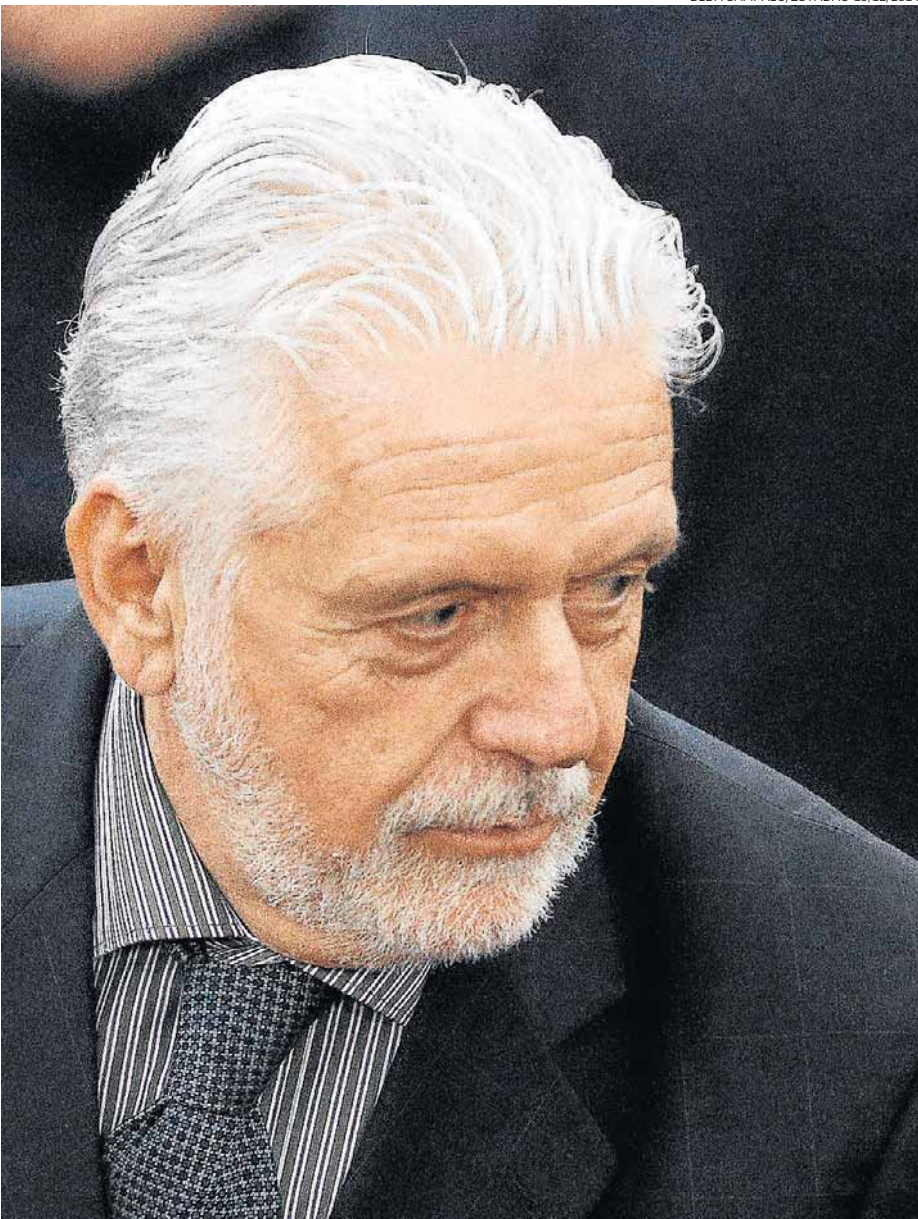
Com ajuda de ministros, Chinaglia recebe apoio do PR; Cunha anuncia adesão do PP

BRASÍLIA

Na véspera da eleição para a presidência da Câmara, o Palácio do Planalto ampliou a pressão sobre os deputados ao colocar vários ministros em campo para convencer as cúpulas de partidos da base aliada a votar em Arlindo Chinaglia (SP), candidato do PT. O petista anunciou na noite de ontem o apoio do PR. Mais cedo, em almoço do qual participaram os ministros Pepe Vargas (PT) e Antonio Carlos Rodrigues, que é da cota do PR, os deputados foram pressionados a apoiar Chinaglia. A cúpula do PR consultou os parlamentares, pessoalmente, por telefone, e-mail e mensagens, e decidiu dar o apoio de seus 34 deputados federais – a sexta maior bancada da Câmara. Representantes do primeiro escalão do Planalto também fizeram ontem uma investida para atrair o PRB. No comando do Ministério do Esporte, o PRB resistia a apoiar Chinaglia após anunciar voto em Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Nos bastidores, fontes informaram que Pepe Vargas teve ontem uma dura discussão com o presidente do PRB, Marcos Pereira, para garantir os 21 votos do partido. Magoado por ter perdido o Ministério das Cidades, o PP declarou apoio à candidatura de

Cunha. À noite, o deputado peemedebista anunciou a formação do “maior bloco” existente para esta eleição. Nos bastidores da campanha, a conta chega a 222 parlamentares – dos 513 da Casa. “Com esse apoio do PP tenho certeza absoluta que eleição no 1º turno ficou confirmada agora”, disse Cunha, confiante.

Rodízio. Ministros da presidente Dilma Rousseff também atuaram para costurar um acordo de rodízio entre PT e PMDB antes da eleição de hoje. O PT apoiaria Cunha agora em troca dos votos do PMDB na próxima eleição, daqui a dois anos. O acordo, segundo o vice-líder do PMDB na Câmara, Sandro Mabel (GO), foi proposto por Pepe Vargas. Antes, o ministro da Defesa, Jaques Wagner, disse que já havia procurado o vice-presidente Michel Temer e o presidente do Senado, Renan Calheiros, para fazer a mesma proposta. Outro vice-líder do PMDB na Câmara, Darcísio Perondi (RS), confirmou a oferta. Cunha, porém, disse desconhecer qualquer negociação. “Eu não recebi qualquer proposta, eu não fiz nenhuma proposta e não há intenção de debater nenhuma proposta”, afirmou o peemedebista. “O jogo já está jogado. Vamos para o voto”. A assessoria de Pepe Vargas negou a proposta e



Em campo. Wagner procurou peemedebista para oferta de rodízio na Câmara

afirmou que a ideia de alternância no cargo já é antiga. A possibilidade de vitória do candidato do PMDB à presidência da Câmara acendeu o sinal vermelho no Palácio do Planalto. Ao longo da semana, ministros do PT e até governadores do partido já haviam entrado em campo e pressionaram deputados da base aliada. A força-tarefa, no entanto, tinha surtido pouco efeito. **Força-tarefa.** O racha na aliança governista é apenas um dos problemas que o Planalto enfrentará, se Cunha vencer a briga. O líder do PMDB é desafeto da presidente Dilma e já pôs o partido várias vezes contra o Planalto. Fez de tudo para barrar a Medida Provisória dos Portos, incentivou a criação da CPI da Petrobrás

e articulou um movimento para rejeitar o decreto que instituía os conselhos populares. O temor do governo é que Cunha, no comando da Câmara, estimule votações contrárias aos interesses da equipe econômica. Sob o argumento de que não transformará a Câmara num “puxadinho” do Planalto, Cunha disse que, se eleito, agirá com “independência” em relação ao governo. Garantiu, porém, que sua primeira medida será pôr na pauta o Orçamento impositivo – proposta torna obrigatória a execução de despesas agregadas ao Orçamento sob a forma de emendas individuais de parlamentares. / RICARDO BRITO, VERA ROSA, BEATRIZ BULLA, ANNE WARTH, BERNARDO CARAM E ANDRÉ BORGES



● **Partidários** Pepe Vargas disse ontem que os ministros que se exoneraram para tomar posse no Congresso vão votar de acordo com seus partidos.

* ANÁLISE: Caio Junqueira

Um ‘terceiro turno’ na própria coalizão

As eleições de hoje para as mesas diretoras da Câmara e do Senado são um reflexo direto do acirrado processo eleitoral de 2014. Tanto na Câmara quanto no Senado, há um candidato oficial do Palácio do Planalto que enfrenta um adversário da base, cuja candidatura foi construída com apoio da oposição. Essa estratégia lembra a usada pelo senador Aécio Neves (PSDB) na corrida presidencial. Com menos partidos em sua coligação que a petista Dilma Rousseff, o tucano atraiu apoios dos aliados do governo federal nos Estados e com eles deu ao PSDB a melhor votação desde 2002. Hoje a oposição torce pelo deputado Eduardo Cunha (RJ) e pelo senador Luiz Henrique (SC). Ambos do PMDB do vice-presidente Michel Temer, e ambos cabos eleitorais de Aécio no ano passado. Outra característica de 2014 no embate de hoje é a polarização, o que dá algum ar de imprevisibilidade à votação. Na era petista, as eleições no Senado sempre foram um passeio do candidato oficial. Das sete disputas, três tiveram concorrente único (José Sarney em 2003, Renan em 2005 e Garibaldi Alves em 2007). Nas demais, o cenário mais apertado ocorreu quando havia dois candidatos oficiais: em 2009, Sarney derrotou Tião Viana (PT-AC) por 49 a 32. Na Câmara, o susto da vitória de Severino Cavalcanti (PP-PE) em 2005 foi remediado com o acordo de rodízio entre PT e PMDB a partir de 2007, o que tornou as eleições seguintes insossas. O cenário de hoje é bem diverso. O governo escolheu contra quem atuar. Movimentou a recém-empossada Esplanada em um atípico janeiro em Brasília com a articulação pró-Arlindo Chinaglia (PT-SP). Ampliou os esforços na última semana a favor de Renan. Tudo porque, quando vê o favorito Eduardo Cunha ou o desafiante Luiz Henrique, enxerga a oposição que contra ele atuou na eleição de 2014. A vitória de pelo menos um desses peemedebistas – ou a de ambos – significará ao Planalto mais do que uma péssima estreia nesta legislatura e prognóstico de vida difícil nos próximos anos. Trata-se da semente de uma desidratação da base, liderada pela ala oposicionista do PMDB, que pode resultar no fim da aliança com o PT em 2018.

Comando da Câmara

PRIMEIRA RUPTURA EM 30 ANOS DE GOVERNO CIVIL

Partidos da base aliada protagonizam confronto inédito na era democrática

João Domingos / BRASÍLIA

Pela primeira vez nos 30 anos de governo civil, os dois principais partidos da coligação governista entraram numa disputa direta pelo controle da Câmara dos Deputados. O PT da presidente Dilma Rousseff lançou Arlindo Chinaglia (SP), ex-presidente da Casa e ex-líder do governo; o PMDB do vice-presidente Michel Temer dis-

puta com o líder do partido, Eduardo Cunha (RJ). Desde 2007, dois partidos vinham fazendo um rodízio na presidência da Câmara. O acordo foi rompido agora. Até 1993, por exemplo, só o partido com maior representação na Câmara podia apresentar o candidato a presidente, o que levou o deputado Inocêncio Oliveira (PE), então no PFL, a forçar a mudança nas regras da escolha. Como seu partido não tinha a maioria, Inocêncio

montou um bloco com dez legendas, suplantando o do PMDB, que na tentativa de assegurar o direito de indicar o presidente juntou-se ao PT e ao PSDB, mas ficou em minoria. O então líder do PMDB, Genebaldo Correia (BA), apresentou ao presidente Ibsen Pinheiro (RS) um parecer jurídico segundo o qual, mesmo com o bloco, caberia ao PMDB indicar o candidato a presidente. Mas Ibsen foi advertido por Inocêncio a não fazer isso, por-



Fenômeno. Ulysses Guimarães em sessão na Câmara

que o outro lado inviabilizaria a escolha, até mesmo com a negação de quórum para a votação da nova Mesa Diretora. Ib-

sen cedeu e aceitou a formação de blocos. Inconformado, o PMDB decidiu lançar então a candidatura de Odacir Klein

(RS), não oficialmente, como “candidato avulso”. Klein obteve 177 votos contra 311 de Inocêncio. **Nova República.** Da redemocratização para cá, o recordista na presidência da Câmara é Michel Temer, que dirigiu a Casa por três vezes. O segundo é Ulysses Guimarães (1985 a 1987 e 1987 a 1989), que chegou a acumular, com a presidência da Câmara, a presidência da Assembleia Constituinte, a vice-presidência da República e a presidência do PMDB, partido que em 1986 elegeu 22 dos 23 governadores de Estado. Durante esse período, Ulysses teve tanta força no governo de José Sarney (1985-1990) que chegou a demitir e nomear até os ministros da área econômica.